



COLÉGIO PERMANENTE DE PRESIDENTES DE TRIBUNAIS DE JUSTIÇA

COMISSÃO EXECUTIVA - Av. Afonso Pena, 1420 -3º andar - CEP: 30.130-005 - BH-MG

<http://www.tjmg.gov.br/colégiopresidentes/> - e-mail: colpres@tjmg.gov.br

Telefone: (0**31) 3237-6509 / 3237-6293 – Fax: (0**31) 3237.6811 / 3237.6276

Ata do Sexagésimo Sexto Encontro do Colégio Permanente de Presidentes de Tribunais de Justiça do Brasil, nos dias 07, 08 e 09 de outubro do ano de dois mil e quatro, na Cidade de Belém. O Encontro foi aberto solenemente na Sede Campestre da Assembléia Paraense com a presença dos Excelentíssimos Senhores Simão Jatene, Governador do Estado, Desembargadora Maria de Nazareth Brabo de Souza, Presidente do Tribunal de Justiça, Desembargador José Fernandes Filho, Presidente da Comissão Executiva do Colégio, Dr. Francisco de Oliveira Barbosa, Procurador-Geral de Justiça, Dr. Ophir Cavalcante Júnior, Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Pará, dentre outras autoridades. Iniciados os trabalhos, a Desembargadora Maria de Nazareth saudou os participantes, desejando a todos feliz estada. O Desembargador José Fernandes anunciou a presença no Encontro do Ministro Edson Vidigal, Presidente do Superior Tribunal de Justiça, à tarde, ocasião em que exporá o pensamento do Colégio a respeito dos seus posicionamentos em relação à magistratura estadual. O Desembargador Miguel Pachá apresentou moção de solidariedade ao Des. Luiz Tâmbara pela exata condução e solução da greve dos servidores do Poder Judiciário de São Paulo, aprovada à unanimidade. A seguir, o Desembargador José Fernandes prestou informações a respeito da contribuição, da gestão e da movimentação dos recursos financeiros do Colégio, sobre o andamento da Reforma da Previdência Social, PEC (Paralela) nº 227/04, das Emendas apresentadas na Câmara dos Deputados e sobre a remuneração da magistratura estadual; sobre a Reforma do Poder Judiciário, analisando a versão final do Parecer do Relator, Sen. José Jorge, a escolha dos membros dos Órgãos Especiais dos Tribunais de Justiça, sobre a pauta do Supremo Tribunal Federal para o mês em curso e a realização do “Fórum de Administração Judiciária” nos dias 10 a 12 de novembro, bem assim a respeito da Pesquisa - “Juizados Especiais Cíveis e Acesso à Justiça - Avaliação dos Juizados Especiais Cíveis no Brasil” - promovida pelo CEBEPEJ - Centro Brasileiro de Estudos e Pesquisas Judiciais. O Desembargador José Ferreira Leite, auxiliado pelo Juiz Marcelo Souza de Barros, fez detalhada exposição sobre a cobrança de taxa pela fiscalização dos serviços notariais e de registros. O Desembargador José Antônio Malta falou sobre o Projeto do Estatuto da Magistratura Nacional, cobrando as sugestões e anunciando que entregará o texto final no Encontro de Aracaju. Os Desembargadores Rêmolo Letteriello e Miguel Pachá adiaram para Aracaju suas exposições sobre, respectivamente, a competência delegada da Justiça Federal à Estadual e da contribuição previdenciária de inativos e pensionistas. O Desembargador Natanael Fernandes não pôde comparecer ao Encontro, razão por que deixou de abordar o tema da “TV Justiça - Convênio nº 002/2004”. Seguiram-se os depoimentos dos Presidentes dos Tribunais de Justiça, ocasião em que o Desembargador José Eugênio Tedesco agradeceu as informações sobre os



COLÉGIO PERMANENTE DE PRESIDENTES DE TRIBUNAIS DE JUSTIÇA

COMISSÃO EXECUTIVA - Av. Afonso Pena, 1420 -3º andar - CEP: 30.130-005 - BH-MG

<http://www.tjmg.gov.br/colégiopresidentes/> - e-mail: colpres@tjmg.gov.br

Telefone: (0**31) 3237-6509 / 3237-6293 – Fax: (0**31) 3237.6811 / 3237.6276

vencimentos da magistratura dos Estados; o Desembargador Marco Villas Boas relatou sua experiência a respeito da divulgação das ações do Poder Judiciário de Tocantins e sobre treinamento de servidores pelo sistema de aulas telepresenciais; o Desembargador Nestor de Melo Filho manifestou-se sobre a necessidade de o Poder Judiciário divulgar os fatos relevantes para a sociedade; o Desembargador José Antônio Malta discorreu sobre o uso de armas pelos magistrados. O Ministro Edson Vidigal referiu-se às cobranças da sociedade ao Judiciário, realçando os aspectos da morosidade, da burocracia processual e dos formalismos desnecessários; à carência de servidores e de recursos materiais, à não-edição das leis necessárias pelo Poder Legislativo e ao funcionamento das Escolas da Magistratura. O Desembargador José Fernandes, em nome do Colégio, ressaltou as virtudes deste Colegiado, notadamente a sua unidade e a sua lealdade; discorreu sobre a preocupação com o enfraquecimento do Poder Judiciário estadual, o esvaziamento da competência dos Tribunais de Justiça, a transferência para a Justiça Federal da competência para julgar os delitos contra os direitos humanos e as causas de natureza fundiária, além da exposição ao público de desembargadores que respondem a processos e representações perante o Superior Tribunal de Justiça e, ainda, sobre o grave comprometimento da unidade necessária diante da possibilidade de vir a ser quebrada caso os Tribunais Superiores mantenham determinados posicionamentos em desfavor dos desembargadores. O Ministro Edson Vidigal retomou a palavra e insistiu na união porque fortalece a sociedade; manifestou-se desinformado sobre o pleito do Colégio segundo o qual os feitos relativos a direito estadual ou municipal terminassem no âmbito dos Estados; anunciou a instalação de 133 (cento e trinta e três) Varas da Justiça Federal no ano de dois mil e cinco, das quais cerca de cinquenta especializadas em questões de reforma agrária; pediu que o Colégio enviasse os registros de casos concretos que maculam membros de Tribunais Estaduais e lembrou que o segredo de justiça protege a intimidade familiar e o interesse público, ressaltando que os magistrados são expostos pela própria natureza de suas atividades judicantes, pois prolatam decisões que desagradam as pessoas e setores da sociedade. O Colégio editou a “Carta de Belém”, recomendando ampla divulgação nos Estados. Os Desembargadores José Fernandes e Pascoal D’Ávila lembraram a realização do Encontro do Colégio em Aracaju. Nada mais havendo, eu, Robério Nunes dos Anjos, Secretário ad hoc, lavrei a presente ata, que vai devidamente assinada.

Seguem assinaturas.